

LUIS FELIPE SALOMÃO  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

**ROTEIRO DOS  
JUIZADOS  
ESPECIAIS  
CÍVEIS**

Anotações à Lei nº 9.099/95, com modelos,  
formulários, jurisprudência e legislação  
referentes aos Juizados Especiais Cíveis

4ª edição  
revista, ampliada e atualizada



Rio de Janeiro  
2009

Digitação e Pesquisa  
Manuela dos Santos Chiabai e Patricia Rosendo

1ª edição – 1997 – Editora Destaque

2ª edição – 1999 – Editora Destaque

3ª edição – 2003 – Editora Destaque

4ª edição – 2009

© *Copyright*

*Luis Felipe Salomão*

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

SI73

Salomão, Luis Felipe

Roteiro dos juizados especiais cíveis / Luis Felipe Salomão. – 4ª ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-2759-2

1. Juizados especiais cíveis. – Brasil. I. Título.

CDD 347.8104

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

COMPANHIA EDITORA FORENSE

**Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional**

Endereço na Internet: <http://www.forense.com.br> – e-mail: [forense@grupogen.com.br](mailto:forense@grupogen.com.br)

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 3543-0770/(0XX11) 5080-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

Impresso no Brasil

*Printed in Brazil*

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Prefácio à 4ª edição</i> .....	XIII
<i>Prefácio à 3ª edição</i> .....	XV
<i>Prefácio à 2ª edição</i> .....	XVII
<i>Prefácio</i> .....	XIX
<i>Apresentação</i> .....	XXI
 <b>PARTE I – Doutrina</b>	
<b>Introdução – A Evolução e Democratização do Conceito de Acesso à Justiça</b> .....	<b>3</b>
<b>Capítulo 1 – Juizados Especiais Cíveis e Criminais</b> .....	<b>8</b>
1.1. Conceito e Evolução Legislativa .....	8
1.2. Sistema Nacional de Juizados Especiais e Direito Comparado .....	13
1.3. Jurisprudência .....	18
<b>Capítulo 2 – Princípios Gerais</b> .....	<b>20</b>
2.1. Opção do Autor entre Ingressar ou não nos Juizados Especiais .....	20
2.2. Princípio da Oralidade .....	25
2.3. Simplicidade e Informalidade .....	26
2.4. Celeridade .....	26
2.5. Economia Processual .....	27
2.6. Conciliação .....	27
2.7. Poderes do Juiz e Decisão por Equidade .....	30
2.8. Jurisprudência .....	31
<b>Capítulo 3 – Competência do Juizado Especial Cível</b> .....	<b>33</b>
3.1. Introdução .....	33
3.2. Competência no Juizado Especial Cível .....	35
3.3. Competência em Razão do Valor .....	35
3.4. Competência em Razão da Matéria .....	37
3.4.1. As hipóteses do artigo 275, inciso II do Código de Processo Civil .....	37
3.4.2. A ação de despejo para uso próprio (artigo 3º, inciso III da Lei nº 9.099/95) ...	40
3.4.3. As ações possessórias sobre bens imóveis de valor não superior a quarenta salários mínimos (artigo 3º, inciso IV da Lei nº 9.099/95) .....	41
3.5. Competência em Razão do Território .....	41
3.6. Modificações de Competência .....	42
3.7. Competência para Ação de Execução no Juizado Especial Cível .....	43
3.8. Causas Excluídas de Apreciação pelos Juizados Especiais .....	43
3.9. Jurisprudência .....	44
<b>Capítulo 4 – Partes no Juizado Especial Cível</b> .....	<b>47</b>
4.1. Jurisprudência .....	51
<b>Capítulo 5 – As Microempresas nos Juizados Especiais</b> .....	<b>54</b>
5.1. Apresentação .....	54

5.2. Introdução .....	54
5.2.1. O instrumento eficiente da democratização do acesso à Justiça.....	54
5.2.2. A pessoa jurídica litigando como autora nos Tribunais de Pequenas Causas....	55
5.2.2.1. A experiência do Direito Comparado .....	55
5.3. A Pessoa Jurídica como Autora nos Juizados Especiais Brasileiros .....	56
5.3.1. Brevíssimo histórico legislativo dos Juizados Especiais no Brasil .....	56
5.3.2. A vedação de acesso da pessoa jurídica aos Juizados Especiais .....	56
5.4. A Questão da Microempresa .....	58
5.4.1. Evolução do conceito .....	58
5.4.2. A situação atual.....	60
5.5. As Microempresas como Autoras nos Juizados Especiais .....	60
5.5.1. Previsão legal .....	60
5.5.2. Conceito legal de microempresa .....	61
5.5.3. Prova da condição de microempresa .....	62
5.5.4. Igualdade de tratamento e a questão da microempresa no polo ativo .....	62
5.5.5. A representação em juízo da microempresa .....	63
5.6. Jurisprudência .....	63
Capítulo 6 – Atos Processuais e Pedido no Juizado Especial Cível .....	66
6.1. Introdução .....	66
6.2. Ato Processual no Juizado Especial.....	66
6.3. Princípios dos Atos Processuais.....	67
6.4. Pedido .....	68
6.5. Jurisprudência .....	70
Capítulo 7 – Provas no Juizado Especial Cível .....	74
7.1. Introdução .....	74
7.2. Prova Oral .....	74
7.3. Prova Técnica.....	75
7.4. Jurisprudência .....	76
Capítulo 8 – Sentenças e Recursos .....	79
8.1. Mandado de Segurança contra Decisões da Turma Recursal .....	84
8.2. Jurisprudência .....	86
Capítulo 9 – Execução no Juizado Especial Cível.....	89
9.1. Introdução .....	89
9.2. Generalidades.....	90
9.3. Antecedentes .....	90
9.4. Competência para Execução nos Juizados Especiais Cíveis .....	90
9.5. Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil.....	91
9.6. Procedimentos.....	91
9.6.1. Títulos judiciais .....	91
9.6.2. Títulos extrajudiciais .....	96
9.7. Jurisprudência .....	98
PARTE II – Apêndice	
1. Roteiro do Atendimento Inicial e do Conciliador no Juizado Especial Cível.....	107

## ROTEIRO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1.1. Sistema Normativo Específico .....	107
1.2. Sugestões de Disposição Física de Juizados Especiais Cíveis .....	108
1.3. Regras para o Atendimento Inicial .....	109
1.3.1. Competência .....	109
1.3.2. Petição inicial.....	110
1.3.3. Orçamento.....	111
1.4. Conciliação.....	111
1.5. Cuidados a Serem Tomados ao Concluir Um Acordo.....	112
1.6. Pontos da Redação de um Acordo que Produzem sua Real Eficácia .....	112
1.6.1. Pagamento em dinheiro no ato.....	112
1.6.2. Pagamento parcelado .....	112
1.6.3. Entrega de coisa certa/obrigação de fazer.....	112
1.7. Carimbos ou Etiquetas para os Conciliadores .....	112
1.7.1. Ausência do réu.....	112
1.7.2. Ausência do autor à conciliação.....	113
1.7.3. Ausência das partes à conciliação, devolução dos autos a cartório .....	113
1.7.4. Prosseguimento do feito.....	113
1.7.5. Sobrestamento do feito .....	113
1.7.6. Novo endereço do réu .....	113
1.7.7. Desistência da ação antes da citação do réu, tendo este cumprido a obrigação .....	114
1.7.8. Desistência da ação após a citação do réu , tendo este já cumprido a obrigação .....	114
1.7.9. Nova citação por Oficial de Justiça e nova data para a conciliação.....	114
1.7.10. Sobrestamento.....	114
1.7.11. Prazo para o réu apresentar documento .....	114
1.7.12. Repetição de diligência.....	114
1.7.13. Citação não cumprida, pedido de nova citação e outra data para conciliação .....	115
1.7.14. Conciliação sem acordo entre as partes, remessa a cartório para marcação de audiência de instrução e julgamento .....	115
1.7.15. Requerimento do autor ao juiz para repetição da citação para Oficial de Justiça.....	115
1.8. Formulários Cartorários .....	115
1.8.1. Modelo de mandado de citação.....	115
1.8.2. Modelo de mandado de intimação da parte ré para comparecer à audiência..	116
1.8.3. Modelo de mandado de intimação de testemunha para comparecer à AIJ .....	116
1.8.4. Modelo de assentada da AIJ.....	117
1.8.5. Modelo de termo de conciliação/acordo com homologação por sentença .....	117
1.8.6. Modelo de mandado de citação em execução.....	118
1.9. Roteiro Encaminhado ao Réu, junto com a Citação Inicial .....	119
1.10. Modelos de Petições Iniciais .....	120
1.10.1. Acidente de trânsito (responsabilidade do proprietário por dano causado por seu preposto) .....	120

1.10.2. Acidente de trânsito (responsabilidade civil – motorista proprietário do veículo e causador do dano).....	121
1.10.3. Indenização por dano causado a imóvel por infiltração.....	122
1.10.4. Responsabilidade do condomínio por furto (dano causado em bem de propriedade do condomínio).....	123
1.11. Modelos de Sentença.....	124
1.11.1. Modelo de sentença de extinção do processo por ausência da parte autora .	124
1.11.2. Modelo de sentença de revelia.....	124
1.11.3. Modelo de sentença: sobre sobrecarga de energia elétrica.....	125
1.11.4. Modelo de sentença de furto em condomínio.....	126
1.11.5. Modelo de sentença sobre cobrança indevida pela administradora de cartão de crédito.....	127
1.11.6. Modelo de sentença de acidente de veículos.....	128
1.11.7. Modelo de sentença em face de consórcio.....	130
1.11.8. Sentença sobre serviço telefônico de ligações eróticas (“Tele sexo”).....	130
1.11.9. Sentenças sobre inscrição em cadastros restritivos de crédito.....	133
2. Contratos Bancários e o Superior Tribunal de Justiça.....	135
3. Enunciados do FONAJE, FONAJEF e TNU.....	137
4. Leis e Resoluções sobre Juizados Especiais Cíveis.....	162
4.1. Lei Complementar nº 123/2006, Atual Estatuto da Microempresa.....	162
4.2. Lei Federal nº 9.099, de 26.09.1995.....	213
4.2.1. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.....	225
4.3. Quadro Comparativo entre as Leis nºs 9.099/95 e 7.244/84.....	229
4.4. Lei Federal nº 10.259, de 12.07.2001.....	242
4.5. Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 2.556, de 26.05.1996 (Lei dos Juizados Especiais).....	245
4.6. Decreto nº 3.474, de 19.05.2000.....	251
4.7. Provimento nº 08/2002.....	256
4.8. Resolução nº 08/1995.....	257
4.8.1. Resolução nº 06/1999.....	257
4.8.2. Resolução nº 10/1999 (corrige a Resolução nº 01/1999).....	260
4.8.3. Resolução nº 01/2004.....	261
4.8.4. Resolução nº 07/2006.....	262
4.9. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 03/1996.....	266
4.9.1. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/1996.....	269
4.9.2. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 24/1999.....	273
4.9.3. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2000.....	274
4.9.4. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 35/2002.....	275
4.9.5. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 86/2007.....	276
4.9.6. Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 05/2008.....	280
4.10. Avisos.....	282
4.10.1. Nº 58, de 17.03.1997.....	282
4.10.2. Nº 01/1998.....	289
4.10.3. Nº 35/2000.....	289
4.10.4. Nº 36/2001.....	290

## ROTEIRO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

4.10.5. N° 49/2001 .....	290
4.10.6. N° 70/2002 .....	290
4.10.7. N° 239/2002 .....	291
4.11. N° 23/2008.....	291
<b>Bibliografia .....</b>	<b>309</b>